

Onipotência do mercado e morte à vida

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda, no contexto da virulência pandêmica da COVID-19, a insistência ultraliberal em se enfatizar a lógica do mercado em detrimento dos interesses sociais e humanitários. Demonstra-se que essa economia da morte tão cara ao empresariado é chancelada por governanças políticas autoritárias que comungam com disposições fascistas.

Palavras-chave: Economia; Mercado; Democracia; Ignorância; Fascismo.

Omnipotence of the market and death to life

Abstract:

The article addresses, in the context of the pandemic virulence of COVID-19, the ultra-liberal insistence on emphasizing the logic of the market to the detriment of social and humanitarian interests. It is demonstrated that this economy of death so dear to the business community is endorsed by authoritarian political governances that commune with fascist dispositions.

Key words: Economy; Market; Democracy; Ignorance; Fascism.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.



“Antes de mais nada, é preciso sublinhar que os dois elefantes, o Estado e o Mercado, podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido de simbiose”
(BAUMAN, 2010, p. 30).

A catástrofe humanitária da COVID-19 estimulou que ações solidárias proliferassem para mitigar os efeitos deletérios da pandemia na sociedade brasileira. Distribuição de cestas básicas, remédios, máscaras e produtos de higiene para setores populacionais mais desfavorecidos certamente impediram que os males sociais fossem ainda mais graves e realçam o poder transformador da generosidade para a boa organização da esfera pública. Profissionais de saúde na linha de frente ao enfrentamento da pandemia se arriscam continuamente em defesa da sociedade, tornando-se verdadeiros mártires nesses tempos de medo e de incerteza, uma vez que não podemos prever quando a virulência da COVID-19 será vencida. Se a população

devotasse reconhecimento aos esforços epidemiológicos de médicos, enfermeiros e cientistas teríamos um resultado social mais positivo. Infelizmente, a ganância empresarial, a bestialidade política, o irracionalismo ideológico, o negacionismo científico e a truculência fascista mancham os abnegados esforços de todas as pessoas que não apenas cumpriram as orientações epidemiológicas em prol do controle da curva viral da COVID-19, mas também as ações altruístas que enobrecem o gênero humano.

Cada vez mais se evidencia o descompasso entre o ultraliberalismo econômico e as instituições democráticas. Diversos setores empresariais, que deveriam clamar pela

constitucionalidade republicana em nome da harmonia social e da segurança do mercado preferem optar pelo terrorismo político, chancelando ações arbitrárias de lideranças governamentais pouco afeitas ao ofício democrático. Esse empresariado acanhado amante de arroubos ditatoriais apregoa o enxugamento do Estado para melhor agir sem qualquer tipo de freio para seus empreendimentos, mas depende das ações autoritárias dos poderes para aumentar sua rentabilidade econômica. Segundo Tzvetan Todorov,

Não sendo indivíduos dotados de uma consciência, as empresas não sentem nenhum remorso por se deixarem guiar unicamente pela busca de lucro. A limitação desse apetite só pode provir de uma instância externa à lógica econômica (TODOROV, 2012, p. 108).

Trilhões são destinados para megaempresas e bancos, os prediletos para salvação nas grandes crises econômicas, mas para a população desassistida uma série de restrições e dificuldades são impostas, estimulando em amplos setores da massa social ações desesperadas, desalento existencial e o aumento do risco sanitário de contaminação. O auxílio emergencial destinado para as classes trabalhadoras da base da pirâmide, além de fundamental para a subsistência material dessas pessoas, ratifica para elas as condições mínimas de cidadania diante de tamanha crise global. Não se trata de generosidade estatal, mas de uma ação social que visa promover nos flagelados sociais confiança nas instituições republicanas; é assim um exercício patriótico do Estado para com seus cidadãos mais afetados pela perda de renda. As elites plutocráticas,

ultraliberais na economia e politicamente reacionárias, divergem de qualquer iniciativa governamental que promova a mitigação dos malefícios econômicos para as massas, mas sempre se beneficiam da liberalidade estatal na isenção fiscal e no suporte financeiro para suas ações rentistas.

O mercado financeiro vê sempre positivamente a morte em massa de pessoas. Afinal, são menos milhões de cidadãos a onerar os cofres públicos e assim ocorre a diminuição dos gastos previdenciários, enxugando as finanças estatais. A tarefa dos economistas ultraliberais consiste apenas em rentabilizar benefícios para as empresas associadas de forma parasitária à máquina estatal. Com efeito, o poder estatal mais do que nunca se encontra ao serviço da plutocracia, produtiva ou especulativa. Essa promiscuidade atenta abertamente contra os fundamentos democráticos e os interesses sociais soberanos. Conforme Bauman,

A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, “ditatorial” ou “democrático”, são construídas e conduzidas no interesse e não contra o interesse dos mercados; seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do domínio do mercado (BAUMAN, 2010, p. 31).

O empresariado mancomunado com a fascistização política defende desavergonhadamente o mote “Mais Empregos, Menos Direitos”, que nada mais é que a precarização laboral imposta como única alternativa aos

trabalhadores, continuamente espoliados para melhor satisfação monetária da plutocracia. Conforme enunciado pelos mandatários das indústrias, o trabalhador deve renunciar inclusive ao tempo de refeição, deve comer seu sanduíche com uma mão e operar a máquina com outra. No trato com os trabalhadores, não há diálogo, apenas imperativos gerenciais. As consequências imediatas desse desajuste trabalhista são exaustão vital, depressão, adoecimento psicossomático, instabilidade profissional, perda do poder de compra e diminuição do padrão de vida.

O trabalhador que não suportar esse modelo autoritário de degradação metabólica pode ser facilmente substituído por algum integrante do grande exército industrial da reserva, por isso o gerencialismo empresarial, em sua práxis sociopata, pouco se preocupa com as baixas dos seus empregados, carne descartável para o Mercado-Moloch. Qualquer tentativa de penalização contra a violência empresarial é facilmente sufocada pelo ardil da tropa de choque judicial ao serviço da casta exploradora. Indenizações são proteladas, parcamente pagas, as arbitrariedades patronais são assim grotescamente encorajadas pelo establishment burguês. Na era do desajuste ultraliberal, a justiça do trabalho é na verdade justiça para os exploradores da mão-de-obra alheia. Esse tipo de capitalismo desregulado da devastação é um retrocesso brutal em relação aos avanços socioeconômicos que o próprio modo de produção capitalista concretizou através dos arranjos estruturais decorrentes dos choques de classes ao longo de sua trajetória. Nesses termos, o espírito de

harmonização de classes proposto pela “administração científica” taylorista, os ganhos salariais fordistas e o estabelecimento dos direitos trabalhistas fundamentais como respostas estratégicas aos avanços dos movimentos proletários são superados violentamente pelo capitalismo da espoliação absoluta. É como se o gerencialismo capitalista, reacionário e anti-moderno, impusesse um retorno forçado das relações laborais ao arbítrio do espírito feudal-colonial.

Em sociedades mais avançadas democraticamente, quando a população local se reconhece como parte indissociável do ecossistema, ela não poupa esforços para lutar contra qualquer tipo de procedimento corporativo prejudicial, indébito, que atenta não apenas contra a dignidade da população do entorno, mas também contra a própria saúde do meio ambiente, pois o futuro da vida de todos se encontra em risco quando não há o usufruto consciente das benesses naturais e quando as corporações atuam sem freios nem contrapesos institucionais, degradando também as vidas dos trabalhadores. Os fundamentos da responsabilidade social-empresarial, apesar das suas inerentes limitações e contradições axiológicas, atentam justamente para essas demandas de preservação do meio ambiente, da produção sustentável e das políticas públicas direcionadas para a mitigação das desigualdades sociais. Para Philip Kotler, “A verdadeira necessidade é convencer as empresas de que a sustentabilidade é lucrativa, de que cria uma vantagem competitiva” (KOTLER, 2015, p. 155).

Todavia, os seráficos propósitos do Marketing 3.0 e do Marketing 4.0 ainda apresentam resultados esqueléticos em

sociedades democraticamente fragilizadas. Mesmo quando a empresa se reveste de valores humanizados e trata seus empregados como “colaboradores”, concedendo-lhes inclusive benefícios parcialmente razoáveis, a experiência profissional se torna cada vez mais integral, rompendo as barreiras entre o tempo do trabalho e o tempo livre. A casa se torna extensão da empresa. Na era da tecnologia da informação, é impossível que haja separação entre as esferas e o controle gerencial se torna ubíquo e intermitente. O sono, talvez a última barreira metabólica contra a dominação laboral, já foi colonizada pelos novos gerenciamentos do capitalismo. Constatamos nas atividades de home office esse tipo de dominação produtiva. Apesar de trabalhar no razoável conforto doméstico, o empregado encontra-se sempre ao dispor dos imperativos superiores. Não há assim efetiva liberdade existencial, vivência do tempo livre como experiência de apropriação pessoal. O tempo livre, outrora destinado para a restauração das forças laborais para que o trabalhador pudesse produzir mais e melhor, é agora absorvido pela capitalizar mais riqueza para a empresa, seus executivos e seus acionistas. O empregado está ao dispor contínuo das demandas corporativas, e os aparelhos eletrônicos e aplicativos auxiliam na violação da sua esfera íntima. Jonathan Crary explica bem essa reconfiguração capitalista ao afirmar que

No capitalismo 24/7, toda sociabilidade que não se reduz ao mero interesse individual se esgota inexoravelmente, e a base inter-humana do espaço público se torna irrelevante para nosso isolamento digital fantasmagórico (CRARY, 2014, p. 99).

Carreatas da Morte, capitaneadas por empresários frustrados e ressentidos confortavelmente alocados em seus carros luxuosos, exortam o fim do isolamento social e o retorno dos empregados aos postos de trabalho. Não há melhor recepção para tais idiotas do que ovos podres, pedras ou pães diplomáticos. Mesmo contra todas as evidências científicas e as recomendações epidemiológicas, a sabujice empresarial pressiona sistematicamente os poderes públicos para que as orientações sanitárias sejam flexibilizadas e assim cada vez mais o comércio e os serviços retornem ao padrão de normalidade, e assim os trabalhadores possam ser mais uma vez explorados e o consumo fluir, apesar da diminuição da renda social. Essa corja assassina apenas visa o lucro, e em caso de contaminação de seus empregados, tanto pior para esses, que sofrem efetivo risco de morte. Essa plutocracia asséptica, ela mesma devidamente protegida em suas mansões e iates, clama nas redes sociais para que os trabalhadores se arrisquem na labuta, aumentando assim as possibilidades da letalidade pandêmica. Os hospitais não apresentam infraestrutura adequada para receber tantas pessoas infectadas, profissionais de saúde estão se desdobrando para enfrentar a pandemia, e mesmo assim a virulência empresarial, apoiada pela vilania presidencial, exige que a massa trabalhadora se submeta piamente ao crivo produtivista para salvar a economia, a única instância que importa para o fascismo de mercado.

A organização sociopolítica não é mais a instância maior da condição humana, mas sim as bases materiais que produzem lucro para o patronato. A sociedade é uma fábula para o espírito ultraliberal, pois somente existe o

indivíduo, categoria abstrata e retirada do contexto histórico das relações concretas de poder, interação, reconhecimento e construção pessoal. A radicalização dessa teoria é justamente a glorificação da onipotência do mercado perante a vida humana, que é sempre relativizada, somente a economia é absoluta. Nessas condições, ideólogos liberalóides naturalizam essa violenta relação de poder, pois os trabalhadores assalariados, desprovidos dos meios de produção, caso desassistidos pelas políticas públicas de auxílio financeiro se encontrariam na cruel necessidade de retorno aos postos de trabalho para obtenção da renda mensal. Quem não tem dinheiro não tem escolha, ou trabalha ou morre de fome. Conforme sentenciou sabiamente Karl Kraus, “O liberalismo oferece água de lavagem como elixir da vida” (KRAUS, 1988, p. 150).

Rentistas vagabundos acusam trabalhadores de “vagabundos” por não se submeterem aos riscos epidemiológicos. Insuflados pelo grande vírus presidencial, o empresariado fascista acusa de “comunistas” todas as autoridades governamentais que empreendem esforços sanitários e econômicos para combater os efeitos deletérios da COVID-19 mediante procedimentos técnicos adequados, muitas vezes divergentes em relação aos interesses financeiros. A plutocracia lança ao ar a palavra “comunista”. Se de fato ocorresse uma revolução comunista no Brasil conforme o estilo clássico toda nossa elite empresarial avessa ao espírito democrático seria enviada para os campos de reeducação cultural ou aglomeradas docilmente em lindas paredes brancas para a aplicação da justiça proletária. Os cristãos cretinos imprecam contra o comunismo em

nome de sua concepção tacanha de “Deus” e mal sabem, tal como enunciado por Baudelaire (1981, p. 113) em seu aviso aos não-comunistas, que “tudo é comum, até Deus”.

A seráfica harmonia de classes ansiada pelos capitalistas irenistas não se concretizou. Temos a opressão da classe dominante sobre a massa proletária, cada vez mais subalterna, silenciada, desvitalizada. Sindicatos perderam sua credibilidade e poder de representatividade junto ao empresariado, e assim os trabalhadores encontram-se avulsos, sem voz, sem liderança. Partidos de esquerda não deixaram de lutar pelos anseios trabalhistas, mas a grande efervescência da direita xucra no seio social obstrui os esforços sistemáticos para a consolidação das pautas dos assalariados. O veneno inoculado por algumas seitas cristãs fundamentalistas adeptas da degenerada teologia da prosperidade é também um dos fatores que retira dos trabalhadores desprovidos de consciência de classe a capacidade de enfrentamento do arbítrio empresarial. Se o trabalhador não ganha o suficiente é porque não teve fé o bastante para conquistar o dinheiro ansiado para a satisfação das suas demandas pessoais. A exploração psicofísica é uma forma de expiar os pecados e disciplinar o ser humano para que ele não se desvie do reto caminho do Deus-Mercado. O desemprego, nessa concepção sociopata, é decorrência da inflexibilidade do trabalhador em aceitar condições precárias e incertas para sua atividade profissional. De acordo com Maurizio Lazzarato,

À medida que o desemprego se incrustou na realidade socioeconômica como uma “doença endêmica”, o governo das condutas

se apoiou amplamente na dimensão disciplinar, na construção de uma lógica disciplinar adaptada à segurança. O desemprego aparece então como culpa dos desempregados, como uma doença “moral” do indivíduo. O assujeitamento passa pela responsabilidade, ou melhor, pela culpa (LAZZARATO, 2011, p. 45).

Lutar por direitos trabalhistas, lutar por condições dignas para o exercício da profissão são ações diabólicas aos olhos do pastorado vendido aos ditames capitalistas. Nessa concepção tacaña dos Evangelhos, cabe ao trabalhador inclinar a cabeça, ter paciência e silêncio, além, é claro, de rezar e pagar o dízimo em nome da maior glória da conta bancária do pastor. Qualquer tipo de mobilização trabalhista corre risco de punição. Fascistas incrustrados nos poderes estabelecidos se engajam pela criminalização dos movimentos antifascistas. São esses mesmos segmentos fascistas que insistem na desestabilização das instituições republicanas e atentam assim contra a decência democrática. Michael Sandel argumenta que

Democracia não quer dizer igualdade perfeita, mas de fato exige que os cidadãos compartilhem uma vida comum. O importante é que pessoas de contextos e posições sociais diferentes encontrem-se e convivam na vida cotidiana, pois é assim que aprendemos a negociar e respeitar as diferenças ao cuidar do bem comum (SANDEL, 2012, p. 202).

O empresariado desavergonhado, interessado apenas na sua rentabilidade, não hesita em promover campanhas difamatórias e difusões de informações falsas em redes sociais para aviltar instituições basilares para nossa

estrutura constitucional. Trata-se de uma elite rapinante que depende da morte de pessoas para prosperar. Vemos assim a égide de um mercado que consegue conciliar as medidas mais ultraliberais na economia com as medidas mais autoritárias e reacionárias nas pautas dos costumes sociais e do modus operandi organizacional, destruidor de indivíduos e respectivos projetos de vida. A Bolsa de Valores não se afeta pelo assassinato de meninos pretos e pobres nas operações policiais nas favelas, a Bolsa de Valores não se afeta pelas falas odiosas de idiotas políticos que tensionam continuamente as bases constitucionais da sociedade.

Lideranças políticas sensatas e comprometidas com os paradigmas republicanos e os critérios técnicos da ciência são imprescindíveis para o combate aos efeitos avassaladores da pandemia da COVID-19, assim como de qualquer catástrofe social. Ficamos, todavia, à mercê de um energúmeno com faixa presidencial que somente exerce suas funções em nome dos seletos membros de seu clã composto por um empresariado rude, lideranças religiosas oportunistas e plutocratas antissociais. Um presidente desumano que desdenha do sofrimento de todas as pessoas afetadas pela letalidade pandêmica, que prefere desinformar a população com suas notícias acintosamente mentirosas, que anseia de todos os modos impor como tratamento para o coronavírus o uso da cloroquina, substância comprovadamente inócua para combater os efeitos da COVID-19 no organismo do paciente. Para o vírus presidencial, o destino é o culpado pela elevada letalidade da pandemia, imiscuindo-se de sua responsabilidade para esse desastre sanitário entre a população brasileira. Em qualquer

sociedade provida de substancialidade democrática um presidente adorador do nefasto legado ditatorial e que, apesar de defender com seus discursos patéticos a honorabilidade da família brasileira, apenas governa para maior glória de sua própria família, eivada de escândalos criminosos e condutas ímprobos violadoras das instituições. Temos assim um presidente eugenista que nada deve aos métodos nazistas da eliminação em massa de seres humanos, pois faz da morte da sociedade política governamental.

Diversas formas de contraposição ao fascismo de mercado são taticamente válidas na tenebrosa era de déficit democrático. Em situações mais acaloradas vemos saques e destruições de lojas ou automóveis, reconfigurações do ludismo em uma era plenamente industrializada. O assassinato de um cidadão indefeso pela ação truculenta de um policial racista é o estopim para uma grande convulsão social, que atordoa os analistas políticos por causa da ausência de lideranças evidentes nessas mobilizações coletivas de contestação ao status quo burguês. Não há partido de vanguarda nessas erupções espontâneas que afloram destemidamente nas ruas. Massas desempregadas, desamparadas pelo vazio governamental que somente abre suas portas para lobistas e representantes do grande capitalismo de rapina, após o acúmulo de constantes humilhações, estouram e se tornam incontrolláveis, mesmo que agredidas e executadas pelas forças policiais em prol da restauração da ordem pública que, no fundo, depende da morte social do cidadão para que se concretize. Aliás, as forças policiais recolhem seus cassetetes diante das hordas fascistas, mas notoriamente exibem suas proezas

repressivas contra manifestantes pela democracia.

Os partidos políticos tradicionais, mesmo que vislumbrem representar os diversos anseios sociais, não conseguem contemplar as demandas difusas e intrinsecamente extraparlamentares dessas pessoas que agem como células revolucionárias em seus corpos rebeldes, que desnudam assim as limitações estruturais da política representativa, usualmente sufocada por uma crosta de ferro que retira todo o transformador dos seus membros. A justa ira das massas manifestada em atos de violência contra os aparatos repressivos do Estado e contra os patrimônios empresariais expressam, simbolicamente, a tentativa de se destruir o fetiche do poder e o fetiche das mercadorias, fetiches esses que mascaram as contradições sociais e impedem ao povo conquistar sua autonomia e emancipação perante o regime capitalista que domina o ser humano pelo imperativo do trabalho assalariado e alienado e pelo imperativo do consumo. Contudo, para além da dimensão simbólica que existe nos atos destruidores das grandes manifestações multitudinárias que lutam por democracia, representatividade, direitos e reconhecimento, não basta solapar a ordem material sob a qual se petrifica o poder reacionário do fascismo de mercado.

Boicotes sistemáticos contra empresas que financiam projetos políticos autoritários e seus inerentes atos inconstitucionais são práticas recorrentes. Cabe também destacar iniciativas que se aproveitam das demandas mercadológicas por responsabilidade social e comprometimento ético com a difusão de informações verdadeiras que

paulatinamente minam as forças das corporações dissociadas das pautas progressistas. Nesse contexto, o coletivo de ciberativistas *Sleeping Giants* apresenta resultados promissores no combate aos discursos de ódio e disseminação de notícias falsas perpetrados por sites de organizações de extrema-direita, minando assim a força econômica desses grupos, que recebem verbas de publicidade via mídia digital mediante a divulgação de marcas de grande peso no mercado. Ao denunciarem para essas empresas que suas imagens são associadas aos grupos supremacistas e extremistas, o *Sleeping Giants* exerce uma poderosa tática de neutralização do impacto discursivo dessas mensagens de ódio e de desinformação social, pois muitas empresas consagradas não almejam associar seus nomes aos sites de propaganda de movimentos antidemocráticos. Precisamos acompanhar como será o desenrolar dos fatos dessas ações, mas de toda maneira já é um fenômeno social de impacto na era das mobilizações digitais.

É imprescindível que entidades progressistas se unam na contraposição ao avanço do fascismo como uma práxis natural em nossa sociedade cindida. A defesa das instituições republicanas e sua legitimidade na estruturação social representa ardoroso compromisso com a democracia de base. Nesse momento decisório para o fortalecimento das instituições republicanas não cabe a manutenção de nenhum purismo partidário ou sectarismo político. Há um inimigo comum da democracia, o ressurreto fascismo, contra o qual quem defende a dignidade da pessoa humana, a diversidade cultural, a liberdade de imprensa, a livre iniciativa científica, a preservação do meio ambiente, a

racionalidade pública e o bem comum devem se unir. Demarcações de fronteiras ideológicas não são úteis em tão grave momento. Todavia, perante os arroubos violentos dos segmentos autoritários que degradam as organizações componentes da coisa pública brasileira não bastam notas de repúdio ou retóricas exortações morais. Obviamente pressupomos que os poderes constitucionais e os seus atores ratifiquem diariamente, no exercício das suas funções, o trabalho de solidificação da boa ordenação social. Mas as milícias fascistas não respeitam instituições e almejam conquistar o poder pela ação direta e pela violência armada contra todos aqueles que se oporem ao seu regime de truculência. Daí a importância não apenas da mobilização democrática permanente para enfrentar essas hordas produtoras do ódio político, como também de se solapar definitivamente essas forças obscurantistas travestidas de patriotas e de moralistas defensoras de Deus e da família. Não cabe tolerância aos intolerantes, pois estes renunciaram orgulhosamente ao diálogo em prol de sua sanha destrutiva de toda expressão da diferença e das instituições constituintes de nossa esfera pública.

O negacionismo científico e o cretinismo moral são duas chagas que fortalecem o déficit democrático. Para blindar as ações indébitas dos desgovernos contrários ao bem comum, seguidores insanos enunciam os discursos mais estapafúrdios para relativizar os malefícios humanitários da pandemia da COVID-19. Outras doenças ou outras circunstâncias sociais matam mais pessoas, a virulência do coronavírus é uma ação terrorista do governo comunista chinês para quebrar a economia mundial, dentre outras

sandices. Há aqueles que são ignorantes mas se esforçam para aprender, há aqueles que são ignorantes e que não sabem que o são, há ainda aqueles que são ignorantes mas que se orgulham dessa ignorância; tais pessoas são as que impedem o bem-estar social, que se revoltam contra a inteligência, a cultura e as capacidades superiores do espírito humano. Essas pessoas, facilmente cooptadas pelo discurso fascista, fazem da ignorância a virtude cardeal por excelência: “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (ECO, 2018, p. 48).

A reconstrução do mundo exige, mais do que nunca, investimento em educação, ciência, preservação ambiental, saúde coletiva. Somente assim entraremos talvez em uma era de racionalidade crítica, capaz de promover condições democráticas para a formação de uma sociedade do porvir que faça do bem comum o norteio das suas políticas públicas.

Referências

- BAUDELAIRE, Charles. **Meu coração desnudado**. Trad. de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo Tardio e os fins do sono**. Trad. de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- KOTLER, Philip. **Capitalismo em confronto**. Trad. de Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.
- KRAUS, Karl. **Ditos e Desditos**. Trad. de Márcio Suzuki e Werner Loewenberg. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. Trad. de Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCAR, 2011.
- SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Trad. de Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em 2020-06-05

Publicado em 2020-06-07